

Reflexões contemporâneas sobre o racismo no ambiente escolar brasileiro

Contemporary reflections on racism in the Brazilian school environment

Reflexiones contemporâneas sobre el racismo en el entorno escolar brasileño.

Cláudia Freire Vaz

Professora Doutora da Universidade Estácio de Sá.
R. Bingen, 50 - Bingen, Petrópolis – RJ
E-mail: clau_f_vaz@yahoo.com.br

Rafaela Cristina Carneiro Matias

Psicóloga
R. Bingen, 50 - Bingen, Petrópolis - RJ
E-mail: rafinhadd@hotmail.com

Kenia Soares Maia

Professora Doutora da Universidade Federal do Tocantins.
Rua Geralda P. M. de Oliveira, 22 Engenho do Mato, Niterói, R.J.
E-mail: kenia.soares@gmail.com

Maria Helena Zamora

Professora Doutora do PPGP da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC- Rio
Rua Marques de São Vicente, 225, Gávea, Rio de Janeiro.
E-mail: zamoramh@gmail.com

Reflexões contemporâneas sobre o racismo no ambiente escolar brasileiro

Contemporary reflections on racism in the Brazilian school environment

Reflexiones contemporâneas sobre el racismo en el entorno escolar brasileño.

Cláudia Vaz¹, Rafaela Matias, Kenia Maia², Maria Zamora³

¹Universidade Estácio de Sá, Brasil, ²Universidade Federal do Tocantins, Brasil,
³PPGP da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo pensar o racismo no ambiente escolar, de forma a contribuir para as reflexões da psicologia sobre seus efeitos na sociedade brasileira. A partir de uma pesquisa bibliográfica, o artigo apresenta ideias de autores como Michel Foucault, Kabengele Munanga e outros que abordam o racismo e sua relação com a escola, além de apontamentos trazidos por documentos do Conselho Federal de Psicologia sobre relações raciais. Pretendemos, com esse artigo, auxiliar o desvelamento de experiências racistas, que estão obliteradas nas ações cotidianas da educação no Brasil.

Palavras-chave: Psicologia; Racismo; Escola; Saúde

Abstract

This paper aims to think about racism in the school environment, in order to contribute to the reflections of psychology on its effects on Brazilian society. From a bibliographical research, the article presents ideas from authors such as Michel Foucault, Kabengele Munanga, others that address racism and its relationship with school and notes brought by the Federal Psychology Council Primer on race relations. We intend, with this article, to help unveil racist experiences, which are obliterated in the daily actions of education in Brazil.

Keywords: Psychology; Racism; School; Health

Resumen

Este documento pretende pensar sobre el racismo en el entorno escolar, para contribuir a las reflexiones de la psicología sobre sus efectos en la sociedad brasileña. De una investigación bibliográfica, el artículo presenta ideas de autores como Michel Foucault, Kabengele Munanga, otros que abordan el racismo y su relación con la escuela y documentos presentados por el Consejo Federal de Psicología sobre las relaciones raciales. Pretendemos, con este artículo, ayudar a desvelar experiencias racistas, que se borran en las acciones diarias de la educación en Brasil.

Palabras clave: Psicología; Racismo; Escuela; Salud

A ideia de que o Brasil é uma democracia racial, sem dúvida, tem efeito estruturante na nossa sociedade. Segundo Bernardino (2002), esse conceito defende que no nosso país não existem conflitos raciais, ao contrário de países como Estados Unidos e África do Sul - e uma quantidade significativa da população brasileira acredita nisso. A noção de que há ausência de racismo, de preconceito de cor, foi construída especialmente a partir da abolição da escravatura e consolidada na noção de "encontro de raças", estabelecida no período Vargas, entre 1930 e 1945 (Vaz, 2016).

Todavia, não é difícil se obter dados que comprovem que a ideia de harmonia racial é falaciosa. As marcas deixadas pelos mais de 300 anos de escravidão e pela produção científica de autores como Nina Rodrigues e Sylvio Romero, no período republicano (Maia e Zamora, 2018), permanecem visíveis na nossa estrutura social. Porém, como mostram os indicadores dos últimos Censos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as maiores taxas de analfabetismo, analfabetismo funcional, baixos rendimentos, acesso reduzido à educação e à cultura em geral, maiores riscos de vulnerabilidade das famílias, posições e ocupações inferiores e outros dados sociais desfavoráveis, são encontradas entre os negros (IBGE, 2018).

O fato do mito da democracia racial estar tão profundamente arraigado na sociedade brasileira é uma das principais razões para que existam dificuldades em perceber que o racismo não se restringe a injúria racial ou forte aversão e desprezo de duas raças distintas, mas inclui toda uma lógica naturalizada de subordinação da população negra em relação à população branca. Nas palavras de Foucault (1999b):

O racismo é formado nesse âmbito (o racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política da população, da família, do matrimônio, da educação, da hierarquização social e da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde e da vida cotidiana receberam então sua cor e sua justificação da preocupação mítica por proteger a pureza de sangue e de fazer triunfar a raça (p. 140).

Por ser um elemento organizador em nossa sociedade, é possível observar o racismo em diversos palcos sociais. O escolhido para esse artigo foi a escola, pois a entendemos como "um campo de relações sociais, onde diversas são as maneiras de sociabilidades, ora pacíficas, ora conflituosas, ela passa a ser palco também de conflitos de toda natureza, demonstrados pelas formas das relações de poder" (Sousa, 2015, p.54).

Outra razão faz da escola um local bastante interessante para investigarmos as questões relativas ao racismo. Durante o Estado Novo (1937-1945), as relações criadas entre educação, saúde e ciência eugênica foram bastante intensas e, sem dúvida, influenciam profundamente, e até hoje, as interações que se estabelecem dentro da escola. D'Ávila (2006) diz que "Os educadores transformaram as escolas em laboratórios eugênicos - lugares onde ideias sobre raça e nação eram testadas e aplicadas sobre as crianças. A eugenia tornou-se a justificativa para expandir e alocar recursos educacionais" (p. 55).

Apesar de hoje o saber da eugenia ter sido rejeitado, posto que é entendido como expressão do racismo, isso não significa que as práticas escolares estejam livres de suas influências. Artigos recentes, dos últimos cinco anos, como o de Scholz, Silveira e Silveira (2014) e Cruz (2014) são só alguns dos exemplos para demonstrar o quanto o preconceito racial é uma realidade dentro das escolas brasileiras.

Para contribuir com essa discussão, este artigo tem como objetivo analisar, a partir de uma perspectiva foucaultiana, as três dimensões do racismo presentes no documento do Conselho Federal de Psicologia (CFP), de 2017 - Racismo pessoal ou internalizado, Racismo Interpessoal ou intersubjetivo e Racismo institucional - e como elas ocorrem e se articulam dentro do ambiente escolar. Acreditamos que o mito da democracia racial dificulta a identificação de situações de racismo e também que a articulação de conceitos com situações reais possa ser um acréscimo pertinente.

Dimensões do racismo

Quando se dedica a estudar a questão das diferentes dimensões do racismo é importante destacar um ponto: não existe um consenso na

classificação adotada, e isso se deve em muito pela complexidade de identificar claramente as dinâmicas do racismo (TAGUIEFF, 2001). Na nossa própria pesquisa bibliográfica foi possível encontrar essa pluralidade de formas de se abordar as engrenagens do racismo. Campos (2017) se dedica a estudar as dimensões ideológicas, práticas e estruturais do racismo; já Almeida (2018) classifica o racismo em individual, institucional e estrutural; e por fim o CFP criou um documento, em 2017, que entende o racismo a partir de três âmbitos: pessoal ou internalizado, interpessoal ou intersubjetivo e institucional. A escolha desse documento para orientar a discussão do presente artigo está relacionada com a importância de o Sistema Conselhos¹ se dedicar à publicação de materiais sobre o tema, trazendo para a psicologia brasileira um aporte mais desenvolvido para a prática profissional em sua relação com os efeitos do racismo.

Dentro dessa multiplicidade de maneiras para abordarmos o mesmo tema, decidiu-se por utilizar a classificação do CFP. Primeiro porque é relevante enfatizar uma produção da área da psicologia sobre o tema, posto que, historicamente, somos um campo ainda associado a questões pessoais e individuais. O segundo ponto é o fato de que defendemos que o "sofrimentos políticos precisam ser enfrentados psicologicamente e politicamente" (CREPOP, 2017, p.60) e isso aponta um maior alinhamento teórico, ético e político com as autoras e com as classificações propostas pelo documento do Conselho Federal de Psicologia. Posto isso, abordaremos o racismo a partir das três dimensões já citadas: Racismo Institucional, Racismo Interpessoal ou intersubjetivo e Racismo pessoal ou internalizado. Faz-se necessário destacar que essas dimensões são articuladas, interdependentes, mutuamente determinantes, e só são apresentadas separadamente por questões didáticas (CREPOP, 2017, p.47). Pelo fato do racismo ser uma lógica de pensar a sociedade bastante complexa, principalmente na sociedade brasileira, seria inocência ou leviandade intelectual não enfatizar essa questão.

Racismo institucional

Apesar do já citado avanço no entendimento mais sistêmico do racismo e na sua operacionalidade institucional, algumas questões ainda persistem. Almeida (2018) aponta que, quando falamos de racismo institucional levamos em consideração que, de algum modo, a imposição de regras e padrões racistas por parte de grupos hegemônicos que controlam estas instituições guarda relação com à ordem social que ela visa preservar, ou seja, as instituições materializam a "estrutura social que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos" (p.36). Então, na abordagem estrutural busca-se analisar o racismo como consequência de conflitos raciais pré-existentes e normalizados na estrutura social, e que constituem as relações de poder no âmbito político, econômico, jurídico e até mesmo familiar.

A partir dessa análise, a relação de causa-efeito se inverte: não são mais as atitudes racistas patológicas "individuais" que, chegando às instituições, operam a discriminação racial; são as macroestruturas sociais com suas relações, baseadas na desigualdade, que favorecem a replicação sistemática do racismo, tanto o institucional quanto o pessoal.

Portanto, o racismo institucional opera de maneira mais sutil, mais dissimulada que o racismo internalizado, porém não menos destrutiva e cruel. Barbosa (2019), em sua pesquisa sobre branquitude e educação compartilha com os leitores o relato de uma professora chamada Alice, que fala sobre uma prática racista presente nas escolas do município do Rio de Janeiro:

O município tem uma mania de fazer "superturmas", ou seja, fazer uma turma só com bons alunos; e "microturmas" só com alunos que tem dificuldades.

(...)

Eu percebo que quando se forma essa turma, que a gente chama de "superturma", que é uma turma voltada para fazê-los passar em concurso público, eu vejo que a maioria dos

¹Sistema Conselhos é o modo como o profissional de psicologia é registrado, organizado e orientado, no que se refere à ética na prática profissional e posicionamento político em questões sociais, que afetam diretamente as atividades de trabalho do psicólogo.

alunos dessa turma é branca e a maioria tem suporte dos pais, então na reunião de pais, você tem 90% das famílias ali presente, o que já faz a maior diferença. Em oposição, quando você tem essa turma de alunos defasados, eu percebo que a maioria é negra e o pai é “cracudo”, a mãe largou o filho com a avó... aí 20% dos responsáveis estão ali por perto, e é a turma onde mais se precisa dos pais...(Alice) (p.69).

As práticas sociais enraizadas no racismo institucional são as principais causadoras da subalternização dos negros. Assim como é possível ver, no exemplo acima, as estruturas públicas tratam de maneira desigual brancos e negros e isso indica uma incapacidade do Estado de prover condições igualitárias para grupos distintos (CFP,2017).

Foucault (1999a) já não classificaria a desigualdade como incapacidade estatal, pelo contrário, ele entende isso como uma bem sucedida estratégia biopolítica que ele dá o nome de racismo de estado. Através de uma oposição cartesiana entre brancos e negros, esse conceito é entendido como “estratégia de exercício do poder sobre o corpo social” (Barros, 2018).

Outro ponto em que se pode observar o racismo institucional dentro do contexto escolar é no que diz respeito à presença da contribuição negra – ou a falta dela – nos currículos. O não reconhecimento da participação do negro na produção científica e no progresso do país é um aspecto indicador da presença do racismo estrutural dentro da escola. Azevedo (2010) investiga as imagens de negros apresentadas em livros didáticos e o que constata é que, em sua grande maioria, eles são representados como escravos ou em trabalhos braçais.

Um exemplo interessante com relação a isso vem da matemática. Em 2017, a Universidade Federal do ABC incluiu, como matéria obrigatória do curso de licenciatura em matemática, a disciplina Afro-matemática, que tem como objetivo resgatar as grandes contribuições de países africanos no desenvolvimento da matemática. A hipervalorização da produção de conhecimento de matriz europeia em detrimento ao que se produz no continente africano é um outro exemplo do racismo institucional dentro das escolas (Muniz, 2017).

Em resumo, a estrutura racista demanda poder. Poder esse que se dá através de regulações jurídicas e extrajurídicas que tem o Estado como centro das interações políticas que passam a incorporar às práticas cotidianas, por meios repressivos, persuasivos ou dissuasivos, uma ideologia que, ao mesmo tempo em que se dedica a manter o “*status quo*” de exploração das minorias, incute uma narrativa de unidade social.

Maia e Zamora (2017) mostram que para Foucault (2002, 2003), as instituições e os regulamentos – chamados por ele de Direito – são o principal veículo de produção da verdade que constitui o “sujeito do conhecimento”, ou seja, o que consideramos verdade é um retalho de conceitos, discursos e práticas costurados em determinado contexto social e histórico. Logo, para compreendermos o racismo estrutural brasileiro, passaremos a analisar as especificidades da construção das nossas “verdades” do ponto de vista racial.

Racismo Interpessoal ou intersubjetivo

Essa dimensão do racismo trata da relação entre sujeitos negros e não negros e ocorre dentro de relações tanto horizontais como verticais. Em outras palavras, o foco dessa dimensão é a interação entre os sujeitos. Um exemplo de racismo interpessoal em relações horizontais é a recusa de crianças não negras terem companheiros negros na hora de dançar quadrilha na festa junina². Dias (2012, p.670) apresenta o relato de uma professora sobre tal situação:

Desde uma coisa explícita assim: “Eu não quero essa menina perto de mim”, “Essa neguinha perto de mim”. Até questões assim: vamos formar pares para a festa junina. “Ah, eu não quero dançar com ele!”. “Por quê?”. A criança não diz especificamente por que não quer dançar... mas você tem... você tem de ter um jogo de cintura como professora para montar os pares de maneira que a criança negra seja bem aceita como um par. Às vezes, até pela idade da criança isso

não é específico, não é explícito. “Não quero dançar com ele porque ele é negro”. Mas acaba na formação... “Ah, escolha o seu par”. E por que, às vezes, aquela criança não é escolhida? Então, você tem de ter uma intervenção como educadora para não deixar que isso aconteça, então, eu acho que sentir esse momento é sentir preconceito, né? (Educadora Aissatou, entrevista concedida em 14 set. 2006).

Esse tipo de racismo ocorre por meio de ações diretas – como na frase “essa neguinha perto de mim” – ou muitas vezes também é subentendido – como no caso em que “aquela criança não é escolhida”. Nessa última situação o racismo fica evidente, tendo em vista que ela ocorre sistematicamente, como podemos perceber nos trabalhos de Santos (2008)³ e Gomes (2005).

Muitas dessas situações, quando ocorrem, são interpretadas como preconceito economicossocial. Contudo, acreditamos que essa é mais uma das estratégias para camuflar o racismo. Kabengele Munanga – famoso antropólogo congolês que foi, durante muitos anos, professor da Universidade de São Paulo (USP) – fala sobre situações de racismo que o filho dele sofria, em uma entrevista para revista Fórum:

Meus filhos estudaram em escola particular, Colégio Equipe, onde estudavam filhos de alguns colegas professores. Eu não ia buscá-los na escola, e quando saíam para tomar ônibus e voltar para casa com alguns colegas que eram brancos, eles eram os únicos a ser revistados. No entanto, a condição social era a mesma e estudavam no mesmo colégio. Por que só eles podiam ser suspeitos e revistados pela polícia?

(...)

Meus filhos até hoje não saem de casa para atravessar a rua sem documento. São adultos e criaram esse hábito, porque até você provar que não é ladrão... A geografia do seu corpo não indica isso. (Ramos e Faria, 2012).

Com base na fala do antropólogo, acreditamos que essa situação, tão recorrente na vida dos negros, se justifica unicamente pela geografia do corpo negro. Tanto o caso do ônibus como o da quadrilha na festa junina, o que se percebe é uma manifestação do racismo de Estado. De acordo com Foucault (1999a), ele se caracteriza por ser “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre si mesma, sobre seus próprios elementos, sobre seus próprios produtos (p. 73)”. Quando se fala de racismo no ambiente escolar, não estamos falando, necessariamente, de estrangeiros. Estamos falando de crianças e adolescentes brasileiros, ou seja: nossos próprios elementos, nossos próprios produtos.

Importante pontuar que esse tipo de situação, da recusa de se dançar com uma criança negra, não acontece somente entre crianças negras e não negras. Ela também ocorre entre próprias crianças negras. O que isso fala sobre o racismo interpessoal ou intersubjetivo? Isso mostra que a lógica do racismo é tão perversa que os negros a introjetam e passam a renegar os seus próprios semelhantes, numa tentativa de se vincular com o pacto de branqueamento. Falaremos sobre essa situação adiante, onde abordaremos os efeitos psicossociais da internalização do racismo.

Diante da violência dessas situações, as crianças negras reagem com os mais diversos comportamentos: agressivos, passivos ou de maneira resiliente. No caso dos dois primeiros tipos de reação, o que se percebe é o não acolhimento da escola a essa situação, mas, pelo contrário, verifica-se que essas crianças são taxadas de “agressivas” ou “pouco participativas” (Dias, 2012). O que frequentemente ocorre é a construção de uma situação de racismo interpessoal em relações verticais, que é corroborado pela fala de Rezende (2013) que em sua dissertação de mestrado, diz que “Ao entrar na escola, mesmo nos dias de hoje, uma criança negra pode ainda ser ‘etiquetada’ como problema ou potencialmente problemática (p.36).” Exemplo

² É uma dança típica, com pares, que ocorre no mês de junho, quando se comemora o dia de São João.

³ Santos (2008) relata a história de uma professora que proibiu a realização da quadrilha em sua turma porque ninguém queria dançar com uma menina chamada Trisha, porque ela era chamada de feia e preta. Já Gomes (2005) relata o caso de uma professora que colocou uma criança negra para dançar com um cabo de vassoura porque ninguém queria dançar com um “negrinho”

semelhante é encontrado no próprio documento “Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os.”

Na escola, crianças negras são frequentemente consideradas crianças “problema”, tendo menor investimento por parte de educadores. Elas são frequentemente encaminhadas para atendimento psicológico e se a(o) psicóloga(o) clínico ou escolar não estiver atento à temática racial, tratará a situação como se fosse um problema da criança e de sua família, negligenciando o racismo o seu enfrentamento institucional, interpessoal e intrapsíquico (CFP, 2017, p.55).

Rotular a criança negra e encaminhá-la para o psicólogo clínico está ligado a uma tentativa, infelizmente tão comum na psicologia escolar, de patologizar algo que é da ordem do social. O combate a esse tipo de postura na psicologia só é possível pela a substituição de uma perspectiva preventiva-curativa para uma intervenção forma de intervenção sócio crítica, que leva em consideração os diversos aspectos das situações educativas – os aspectos históricos, sociais, econômicos e etc. – e não somente o que apresenta a “criança-problema”. Assim, o tipo de postura de um psicólogo, diante dessa situação está ligado ao acolhimento – e não patologização – dessa agressividade ou passividade da criança e ela só poderá ser verdadeiramente feita através de uma leitura crítica da realidade escolar e social. O que se observa dentro da escola e fora dela é que a ideia do negro está associada à feiúra, sujeira e periculosidade. Por ser associada a situações negativas, a criança branca apresenta um sentimento de rejeição à criança negra, assim como a criança negra apresenta esse mesmo sentimento com relação a seus semelhantes. E o foco da psicologia, nessa situação, está em trabalhar essas relações.

Efeitos do racismo na escola

A categoria do racismo pessoal ou internalizado, não se refere a algo individual, ou seja, não significa que é algo criado pelo psiquismo de pessoas brancas ou negras, mas fala da maneira como cada um internaliza essa lógica que está presente na sociedade. Todavia, a fim de buscar um maior alinhamento com o nosso posicionamento –ético-político, decidimos por utilizar a terminologia internalizado.

A dimensão do racismo internalizado tem como foco a maneira como os sujeitos negros lidam e assimilam tanto o racismo interpessoal quanto o institucional. Para ajudar a compreensão dessa dimensão vamos apresentar, primeiramente, um caso de racismo interpessoal e depois analisar sobre como tal situação pode ser internalizada.

Na escola, a questão do cabelo da menina negra é um exemplo onde a questão da internalização do racismo é vista de forma bastante evidente. Gomes (2002) discute a maneira como o cabelo da criança negra é “recebido” no ambiente escolar:

Em alguns momentos, o cuidado dessas mães não consegue evitar que, mesmo apresentando-se bem penteada e arrumada, a criança negra deixe de ser alvo das piadas e apelidos pejorativos no ambiente escolar. Alguns se referem ao cabelo como: “ninho de guacho”, “cabelo de bombрил”, “nega do cabelo duro”, “cabelo de picumã”! Apelidos que expressam que o tipo de cabelo do negro é visto como símbolo de inferioridade, sempre associado à artificialidade (esponja de bombрил) ou com elementos da natureza (ninho de passarinhos, teia de aranha enegrecida pela fuligem).

Esses apelidos recebidos na escola marcam a história de vida dos negros (p.45).

A rejeição que o cabelo crespo sofre na escola gera, com muita frequência, tanto uma baixa autoestima quanto uma sensação de inferioridade na menina negra (Gomes, 2002). Uma estratégia bastante comum é a adoção da estética branca através do alisamento dos cabelos crespos. Isso ocorre porque, no Brasil, o padrão de beleza é eurocêntrico, o que inclui a lisura dos cabelos como um elemento essencial.

Percebe-se que alisar o cabelo de crianças muito novas está ligado tanto a um cuidado que essas mães têm com a estética da criança – já que socialmente se ensinou que o cabelo liso é o arrumado – e também uma tentativa de que a criança sofra menos rejeição nas

relações escolares. Santos (2016) fala da sua relação com o cabelo:

Desde os cinco anos de idade, como forma de cuidado, a minha mãe alisava as minhas madeixas – prática esta extensamente difundida entre as famílias negras (...). Ou seja, eu nem sequer sabia ao certo como era o meu cabelo, mas aprendi desde cedo de que esse seria um traço negativo, como para a maioria das meninas negras (p.14)

Essa reflexão entre o cabelo crespo e o racismo internalizado apresenta uma dimensão que os outros dois racismos não possuem – a sua perpetuação pode estar ligada a uma dimensão de afeto. O que essas famílias negras fazem ao alisar o cabelo das meninas desde a tenra idade está ligado à compreensão de que suas filhas têm alguma coisa “errada” e que deve ser “consertada”. O cuidado com os cabelos das meninas mostra uma face muito perspicaz e cruel do racismo: apesar de ser uma violência, ele consegue se utilizar até do carinho e amor, para se fazer perpetuar. Deste modo, a maternagem está atravessada pelos efeitos do racismo em famílias negras, onde o ideal branco é mantido, estimulado e cultuado através do alisamento dos cabelos.

Relacionar o racismo internalizado à questão do cabelo crespo nos mostra que o racismo não se trata, somente, de ódio de uma raça pela outra, como o senso comum compreende, mas é, antes disso, uma lógica de domínio que se infiltra em todas as relações, até nas mais afetuosas. Importante ressaltar isso pois, em um país onde frases como “não posso ser racista, tenho até um amigo negro” são comuns, percebe-se que o racismo e o afeto são entendidos como dois conceitos opostos. Contudo, eles são absolutamente articuláveis.

Acreditamos que para compreender a complexidade dos mecanismos racistas, devemos pensar pelo viés de uma subjetividade racista, o que pode ser muito mais produtivo para compreensão do fenômeno e posterior criação de estratégias de combate.

Entendendo subjetividade como “algo modelado, produzido por processos coletivos, institucionais, sociais, que atravessam os indivíduos” (Zamora, 2012, p.564), a subjetividade racista está ligada a um padrão de beleza cuja norma é eurocêntrica e que a escola, ao invés de ser uma local que discute e potencializa novas e singulares formas de existir, acaba sendo mais um agente da homogeneização e cerceamento de crianças e adolescentes que saem da norma.

Essas práticas racistas, conforme alertam Maia e Zamora (2018), não somente resultam em uma subjetivação racista, mas também em um sofrimento psíquico. Atentos a isto, o CFP (2017) disserta sobre os três possíveis efeitos psicossociais da internalização do código racista para suas vítimas:

- **Crescimento e questionamento:** Quando o tema do racismo é discutido de forma crítica dentro da família e/ou do ambiente escolar, a criança consegue construir recursos saudáveis para lidar com as situações de violência.

- **Utilização de mecanismos psíquicos defensivos contra o racismo:** A tentativa de enfrentamento ao racismo se dá através de mecanismos de defesa – como a negação e identificação do agressor – para que se preserve uma integridade psíquica. No caso dos cabelos crespos, quando se internaliza que eles são feios, “consertam-se” eles e a vida segue. Entende-se o processo como “normal” e não uma imposição de padrões estéticos, como uma forma de violência simbólica.

Evocando a situação em que uma criança negra se recusa a dançar com o colega também negro, defendemos que isso está ligado ao mecanismo de defesa contra o racismo. Isso é muito importante de se pontuar, pois são situações como essa que levam o senso comum a falar que “o maior racista é o próprio negro”. Com relação a essa frase, é importante afirmar, categoricamente, que racismo é um sistema de opressão contra determinados grupos. Logo, essa situação dentro da escola mostra que o racismo tem engrenagens tão engenhosas que o negro é capaz de se aliar à própria opressão como uma tentativa de diminuição do sofrimento psíquico e sem que isso se caracterize como racismo, posto que esse conceito está ligado à manutenção de privilégios e, para isso, é necessário a existência de dois ou mais grupos distintos.

- **Dilaceramento psíquico:** As consequências das experiências de racismo são vividas com grande sofrimento, precisando de cuidados de saúde mental e de outras ordens para que o sujeito se reestruture.

O racismo internalizado não está presente somente nas pessoas negras, mas também nas brancas, visto que ele robustece a autoestima desse grupo (Bento, 2002). Ao ser entendido como a norma social, o padrão de beleza europeu, os brancos acabam tendo, como vantagem.

Considerações finais

A escola geralmente é um ambiente hostil para as crianças negras brasileiras. Nosso texto apresenta inúmeras situações que compõem esse cenário triste e adoecedor: conteúdo preconceituoso do material didático e dos livros, o preconceito infundido em professores e alunos, o despreparo dos docentes e profissionais da escola, em geral, para identificar situações de racismo, adotando o que Munanga (2005) chama de política de avestruz - a omissão. O ambiente inamistoso da escola acaba por ser mais um relevante elemento que contribui para um grau de evasão escolar muito maior em crianças negras do que brancas.

Além da evasão uma outra consequência do racismo dentro do contexto escolar é o suicídio. Segundo a cartilha Óbitos por Suicídio entre Adolescentes e Jovens Negros⁴, lançada em 2018, os jovens negros são os mais vulneráveis ao suicídio, por conta de questões como discriminação racial e o racismo institucional. A junção desses dois temas tabu - o suicídio e o racismo - geram uma obliteração na questão, dificultando - ou praticamente impossibilitando - um trabalho preventivo.

No ano de 2016, um adolescente e jovem negro, do sexo masculino, tinha 50% mais chances de se suicidar do que uma pessoa branca, do mesmo perfil. Assim, não se pode deixar de investigar a razão pela qual um grupo é mais suscetível ao suicídio do que o outro. A cartilha aponta que algumas das razões para o suicídio de jovens negros estão ligadas à ausência de sentimento de pertença, inadequação, sentimento de incapacidade, rejeição, entre outras. Relacionar esses motivos à estrutura racista que perpassa as escolas é algo bastante fácil e evidente de se fazer.

Negligenciar os efeitos danosos do racismo na saúde mental da população negra é um dos elementos perpetrados para pôr em prática o genocídio da juventude negra. Importante destacar que o termo genocídio não é uma hipérbole, mas sim a palavra adequada para descrever o panorama. De acordo com a definição da ONU, causar dano à integridade física ou mental de membros de um grupo é um ato genocida. Sendo assim, defendemos que esse termo seja adequado com o nosso trabalho e com o que acreditamos.

O racismo, para Foucault (1999a), se estrutura a partir de uma separação, de um corte, de quem deve viver e de quem deve morrer. Mas essa morte, a que o autor se refere, não é simplesmente uma física ou biológica, como no caso do suicídio, ela também é morte política, a rejeição, que são formas de assassinato indireto. Dessa forma é importante fazer a seguinte afirmação de forma clara e precisa: Identificar e atuar contra o racismo dentro da escola é salvar vidas!

Referências

- Almeida, S.(2018). *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.
- Azevedo, E. L. A (2010). Imagens, currículo e livro didático de história. In: Patrícia Bastos de Azevedo. (Org.). *Pesquisa e Prática Educativa: Os desafios da pesquisa no ensino de História*. Recuperado de: <<http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo11.pdf>>
- Barbosa, A. L.M.(2019). *Branquitude e educação: um estudo entre professoras da rede municipal carioca* (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Barros, J.R. II. (2018). O Racismo de estado em Michel Foucault. *Interthesis* (Florianópolis), 15, 01-16. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2018v15n1p1/35796>
- Bernardino, J. (2002). Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Estudos afro-asiáticos*, 24 (2), 247-273. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/eaav/v24n2/a02v24n2.pdf>
- Bento, M. A. S. (2002). Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro (p. 147-162) In: Bento, M. A. S.; Carone, I. (orgs.) *Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- Brasil, Ministério da Saúde (2018). Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016.
- Campos, L. A.(2017). Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32 (95), 1-19. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n95/0102-6909-rbcsoc-3295072017.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia, Conselho Regional de Psicologia, CREPOP. *Relações Raciais: Referências técnicas para a atuação de psicólogas(os)* (2017). Recuperado de: <http://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes-raisreferencias-tecnicas-para-pratica-dao-psicologao/> Acesso em: 25/05/2019
- Cruz, T.M. (2014). Espaço escolar e discriminação: Significados de gênero e raça entre crianças. *Educação em Revista*, 30 (1), 157-188. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v30n1/a07v30n1.pdf>
- Dávila, J. (2006). *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Dias, L. R.(2012). Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. *Revista Brasileira de Educação*.17 (51), 661-674. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n51/10.pdf>
- Foucault, M. (1999a). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1999b). *História da sexualidade I: Vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2002). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau.
- Foucault, M. (2003). *Le pouvoir psychiatrique*. Cours au Collège de France (1973-1974). Paris: Gallimard/Seuil.
- Gomes, N. L.(2002). Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, 21, 40-51. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf>
- Gomes, N. L. (2005). Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: Kabengele Munanga. (Org.). *Superando o racismo na escola*. 2ed. Brasília: MEC, , 143-154.
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). "Estatísticas sociais". PNAD Contínua Educação.
- Maia, K. S.; ZAMORA, M. H. N. (2018). O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. *Psicologia Clínica*, 30, 2, 265-286. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v30n2/05.pdf>
- Munanga, K (2005). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC-SECAD.

⁴ Importante pontuar que adolescência, de acordo com a cartilha, compreende o período entre 10 e 19 anos; já juventude é de 20 até os 29 anos. Esse dado é importante de se destacar, pois o risco de suicídio começa, ainda, no primeiro ciclo do ensino fundamental.